



IV Congresso de Educação do CPAN
III Semana Integrada de Graduação e Pós-Graduação do CPAN
'Interfaces da docência: olhares e movimentos da formação inicial de professores'

A LEI FEDERAL Nº. 12.711/2012 E SEUS IMPACTOS NA INSERÇÃO DE MULHERES AFRODESCENDENTES NOS CURSOS DE LICENCIATURAS SUL-MATO-GROSSEENSES

Ahmad Schabib Hany

Jorge Luís Mazzeo Mariano

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL (UFMS) / CAMPUS DO PANTANAL (CPAN)

O presente texto é recorte de um projeto de pesquisa em nível de mestrado que está sendo desenvolvido no Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul/Campus Pantanal (UFMS / CPAN). A pesquisa busca compreender qual o impacto da Lei de Cotas (Lei Federal nº. 12.711/2012) para o ingresso de mulheres pretas ou pardas (segundo nomenclatura do IBGE) nas universidades e institutos federais de Mato Grosso do Sul, se houve ampliação desse público nas licenciaturas e identificar também quais foram as licenciaturas mais procuradas e qual é a porcentagem de concluintes.

Com base nesses questionamentos iniciais, elencamos como objetivos gerais investigar os impactos da Lei de Cotas para o ingresso de mulheres afrodescendentes nas licenciaturas das instituições de ensino superior (IES) do estado de Mato Grosso do Sul, além de analisar a trajetória formativa e de inserção na docência desse grupo social. O estudo apresenta ainda como objetivos específicos: averiguar a quantidade de mulheres pretas e pardas que ingressaram nos cursos de licenciatura entre 2012 e 2019 nas IES federais do estado de Mato Grosso do Sul; identificar o impacto da Lei de Cotas na trajetória de vida de uma profissional da Educação, e avaliar o incremento no ingresso e conclusão nos cursos de licenciatura pelas mulheres pretas ou pardas entre 2012 e 2019 em Mato Grosso do Sul, de modo a indicar eventuais novos contornos para o processo de feminização do magistério neste estado.

Os referenciais adotados enfatizam aspectos da História do Brasil, da História da Educação brasileira e da História das mulheres, uma vez que nosso propósito é justamente explicar o protagonismo feminino na educação e na sociedade, privilegiando



IV Congresso de Educação do CPAN
III Semana Integrada de Graduação e Pós-Graduação do CPAN
'Interfaces da docência: olhares e movimentos da formação inicial de professores'

dessa forma um recorte étnico-racial de modo a dar visibilidade às mulheres afrodescendentes na educação no processo de afirmação de seu renhido empoderamento. Com relação aos aspectos metodológicos, desenvolveremos os seguintes passos: 1) reunir e catalogar documentos existentes sobre o tema e estudos correlatos para levantar dados, avaliar metas, aferir iniciativas, verificar impactos e analisar o atual cenário e o nível da intervenção resultante da vigência da Lei de Cotas no contexto educacional, social, cultural, profissional e econômico do estado de Mato Grosso do Sul; 2) elaborar e aplicar estratégia para as entrevistas baseadas nos pressupostos da História Oral, em uma perspectiva temática e com a análise cruzada, utilizando os relatos como fontes históricas e triangulando-os com as demais fontes coletadas (documentais, jornalísticas etc.); 3) sistematizar dados e informações depreendidos dessas etapas anteriores, de modo a organizar o eixo básico da pesquisa em articulação com elementos do contexto histórico em seus aspectos culturais, educacionais, sociais, profissionais e econômicos; 4) analisar e processar, à luz do referencial teórico adotado, os resultados obtidos, os quais deverão incluir ações acadêmicas e cidadãs como devolutiva para a sociedade.

Nas considerações parciais da fase inicial do estudo, apresentamos o processo de emancipação das mulheres, sobretudo afrodescendentes, numa sociedade marcada pelos profundos laços de dominação patriarcal e patrimonialista, em que a educação se encontra subalternizada e o/a educador/a vinculado/a à reprodução de relações sociais impregnadas pela exploração da mão de obra escravizada e pela cultura colonial eurocêntrica. Às mulheres cabiam as atividades domésticas e reprodutivas, de caráter privado, e aos homens, as extradomésticas e produtivas, isto é, públicas.

Se, por um lado, mulheres proletárias e burguesas, com muita luta, foram conquistando seus espaços entre o final do sistema colonial e o início da República, no lastro de uma sociedade que procurava a modernidade européia oferecida pela revolução industrial e no contexto da sublimação do paradigma de Maria estabelecido pelo ideal católico em fins do século XIX, o modo de produção pré-capitalista ainda remanescente do comércio de africanos escravizados, por outro, estimulava setores da sociedade a romper com o passado escravocrata, em que expressões afrodescendentes, apesar da repressão política e da exclusão social, protagonizavam avanços relevantes,



IV Congresso de Educação do CPAN
III Semana Integrada de Graduação e Pós-Graduação do CPAN
'Interfaces da docência: olhares e movimentos da formação inicial de professores'

ainda que milimétricos, por meio de organizações de resistência ou em articulação com abolicionistas próximos à princesa Isabel, como as/os ligadas/os a Ruy Barbosa.

Nesse contexto, vemos o renhido e efetivo, mas socialmente invisibilizado e silenciado, processo de emancipação das mulheres. Num primeiro momento, entre fins do século XVIII e o século XIX, a atuar em movimentos de vanguarda, como pela liberdade. Por outro lado, dados referentes às mulheres no final do século XX e início do século XXI, segundo o Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA) com base em dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e dos Censos Demográficos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), expõem a cultura patriarcal enraizada na sociedade brasileira, sobretudo quando se faz cruzamento de gênero, raça e classe.

No período anterior ao proposto nesta pesquisa, constata-se que as mulheres chefes de família em famílias formadas por casais tenham apresentado um aumento de nove vezes entre 1995 e 2009, de 2,8% para 26,1%, sugerindo novos tipos de padrões de comportamento dentro das famílias e possível ampliação da autonomia das mulheres. No entanto, ainda se percebem situações de maior vulnerabilidade nos domicílios chefiados por mulheres, sobretudo mulheres negras, quando comparados com domicílios chefiados por homens: o rendimento, a título de exemplo, de uma família chefiada por uma mulher negra é de 491 reais, ao passo que em uma chefiada por homem branco é de 997 reais, em 2009.

Quanto à escolarização, as mulheres com nível universitário saltam de 26,6% em 1970 para 45,5% em 1980 e 59,88% em 2015, contadas as graduações em cursos presenciais. Contudo, as áreas em que as mulheres são maioria (83% na Educação e 74,2% em Humanidades e Artes), os salários são desproporcionalmente menores: 1.810,50 reais na Educação, e 2.223,90 reais em Humanidades e Artes.

Isso apenas em um dos vários aspectos demonstrados por estudos atuais, num paradoxo às atuais propostas dos gestores das políticas educacionais do período pós-2016. Aliás, flagrante oposição ao processo de inclusão e empoderamento das mulheres afrodescendentes no período entre a promulgação da Constituição de 1988 e a



IV Congresso de Educação do CPAN
III Semana Integrada de Graduação e Pós-Graduação do CPAN
'Interfaces da docência: olhares e movimentos da formação inicial de professores'

implementação/efetivação de políticas públicas sociais entre 2003 e 2016, entre as quais a política de cotas para o ingresso à educação universitária e tecnológica.

PALAVRAS-CHAVE: Educação; gênero; relações étnico-raciais; feminismo negro; Lei de Cotas.